



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

A PERSPECTIVA INTERSECCIONAL NA TEORIA FEMINISTA: DESLOCAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E IMPACTOS NA PESQUISA

THE INTERSECTIONAL PERSPECTIVE IN FEMINIST THEORY: EPISTEMOLOGICAL SHIFTS AND IMPACTS ON RESEARCH

Giovanna Bastos de Almeida¹

Janete Rosa da Fonseca²

RESUMO

No início do século XX, destacou-se a produção literária de Virginia Woolf que se tornou uma pensadora destaque no movimento feminista por ter exposto suas ideias quanto à situação da mulher na sociedade de seu tempo. Mais tarde, nos Estados Unidos, pensadoras negras como bell hooks, Jane Jordan, Audre Lord, Patricia Hill Collins e Angela Davis, se reuniram em torno da necessidade de renovação do movimento feminista que demandava a ampliação da forma de pensar a teoria. Assim, a interseccionalidade passou a ser discutida dentro desses discursos, que posteriormente foram interseccionando mais pautas e trazendo maior complexidade ao bojo da teoria crítica feminista. Embora produzidos em contextos históricos e geográficos distintos, esses pensamentos compartilham uma mesma preocupação: demonstrar que categorias aparentemente universais podem ocultar experiências específicas e reproduzir formas de exclusão quando não são questionadas ou tensionadas. Assim, os questionamentos levantados pelas feministas negras, indígenas, latino-americanas e decoloniais não reivindicaram apenas o direito de participar de uma teoria já consolidada, mas oferecem a ela a ferramenta de incessante indagação aos fundamentos sobre os quais essa teoria foi construída. Desse modo, a perspectiva interseccional atravessa e transforma profundamente a pesquisa, assim como transformou a própria teoria feminista. Essa incessante interrogação que a interseccionalidade oferece enriquece o potencial analítico da pesquisa sem necessariamente deslocar o objeto pesquisado, mas ampliando o olhar para mais categorias e serem analisadas em relação a ele.

Palavras-chave: Crítica feminista. Feminismo. Interseccionalidade.

¹ Bolsista Cnp-q (Processo nº 132696/2026-6) enquanto Mestranda em Estudos Culturais pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ). E-mail: giovanna.bastos@ufms.br.

² Prof.^a Dr.^a, Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ). E-mail: janete.fonseca@ufms.br

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Processo nº 132696/2026-6.

Dossiê Epistemologias do Sul: Interseções entre a Decolonialidade, a Teoria Crítica Feminista e a Interculturalidade
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP, Edição Especial. Aquidauana/MS, v. 1, n. 21, set. 2026



ABSTRACT

In the early twentieth century, Virginia Woolf's literary work gained prominence within the feminist movement by exposing her reflections on the condition of women in the society of her time. Later, in the United States, Black feminist thinkers such as bell hooks, June Jordan, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, and Angela Davis advocated for a renewal of feminist thought, calling for broader theoretical frameworks capable of addressing diverse experiences of oppression. Within this context, intersectionality emerged as a key analytical perspective and was progressively expanded to encompass a wider range of social issues, adding greater complexity to feminist critical theory. Although developed in distinct historical and geographical contexts, these perspectives share a common concern: demonstrating that seemingly universal categories may conceal specific experiences and reproduce forms of exclusion when left unquestioned. Thus, the critiques advanced by Black, Indigenous, Latin American, and decolonial feminists not only demanded inclusion within an already established theoretical framework but also provided feminism with a continuous tool for questioning the very foundations upon which that framework was built. In this way, the intersectional perspective profoundly transforms research practices, just as it transformed feminist theory itself. The constant interrogation promoted by intersectionality enriches the analytical potential of research without necessarily displacing its object of study, but rather by broadening the range of categories through which that object can be understood and analyzed.

Keywords: Feminism. Feminist Criticism. Intersectionality

1. INTRODUÇÃO

Na disciplina '*Crítica Feminista e Perspectivas Interseccionais*', vários textos do campo da discussão crítica feminista foram debatidos. Ao longo das explicações feitas por nós, discentes, e as contribuições que geraram debates em aula, pude juntar mais peças do quebra-cabeça que monto mentalmente quanto à teoria feminista – principalmente depois que conheci o termo interseccionalidade.

Iniciei meus estudos no campo do feminismo com uma visão que me parecia coerente com o termo, pois pensava tratar-se das questões pertinentes às mulheres, sem, até então, perceber a complexidade das diferenças e opressões que compõem as experiências destes sujeitos. As discussões acontecidas em aula me levaram a olhar para as margens e perceber que o que eu trazia como discurso estava sacramentando minha pesquisa como essencialista.

Para tanto, foi necessário conhecer e me chocar com a complexidade que o termo interseccionalidade oferece. Esse conceito nomeado por Kimberlé Crenshaw em 1989, mas cujas questões já circulavam muito antes (Días-Benitez, 2020), analisa contextos e teorias a partir de uma perspectiva que abarque outras categorias além do gênero (Kyrillos, 2020). Assim, rompe com o modo monilítico e essencialista de análise que foi inicialmente atribuído à teoria feminista pelas primeiras articuladoras da ideia.



A emergência da interseccionalidade está diretamente relacionada aos questionamentos produzidos por sujeitos cujas experiências não encontravam representação adequada nas formulações feministas predominantes até então. Ao evidenciar que gênero, raça, classe, sexualidade, nacionalidade e outros marcadores sociais atuam de forma articulada na produção das desigualdades, a perspectiva interseccional possibilitou uma compreensão mais complexa das relações de poder:

[...] o termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. (Akotirente, 2019, p. 35).

Essa abordagem passou a questionar a ideia de que seria possível compreender a condição das mulheres a partir de uma experiência única. Assim, a interseccionalidade tornou-se uma importante ferramenta analítica para questionar generalizações e revelar os limites de interpretações construídas a partir de sujeitos específicos tomados como parâmetro para todas as demais experiências.

Mas, essa ampliação do modo de pensar não ocorreu de forma linear. A teoria feminista é marcada por disputas, revisões e tensionamentos que contribuíram para ampliar progressivamente os sujeitos abarcados em suas análises. As críticas formuladas por feministas negras, indígenas, latino-americanas, e de várias outras partes do mundo além dos eixos europeu e estadunidense, demonstraram que a produção do conhecimento também está atravessada por relações de poder e que determinadas experiências podem ser invisibilizadas quando categorias particulares são universalizadas.

No início do século XX, destacou-se a produção literária de Virginia Woolf que se tornou uma pensadora destaque no movimento feminista por ter exposto suas ideias quanto à situação da mulher na sociedade de seu tempo. Através de suas obras literárias, Virgínia difundiu ideias e denunciou as opressões que enxergava serem infringidas às mulheres pelo machismo dos homens da família e da sociedade. Na obra *Um teto todo seu* (1929), a autora chama as condições materiais das mulheres de precárias (precário o acesso das mulheres à educação, às experiências da vida e à renda), ainda que reconheça transformações na sociedade dos anos de 1920 que já permitia a escrita literária produzida por mulheres (Zinani, 2010).

Mais tarde, nos Estados Unidos, pensadoras negras como bell hooks, Jane Jordan, Audre Lord, Patricia Hill Collins e Angela Davis, se reuniram em torno da necessidade de renovação do movimento feminista que demandava a ampliação da forma de pensar a teoria. Os questionamentos levantados então, surgiram do desconforto feminista com a centralidade que tinha sido concedida ao gênero como marcador principal na análise das diferenças e das relações



sociais (Días-Benítez, 2020). As feministas do movimento que foi nominado como feminismo negro, denunciaram que o feminismo teria negligenciado o fator racial ao considerar essencialmente a diferença sexual como central.

Assim, a interseccionalidade passou a ser discutida dentro desses discursos, que posteriormente foram interseccionando mais pautas e trazendo maior complexidade ao bojo da teoria crítica feminista. Além de complexidade, mais criticidade foi sendo atribuída e a concepção de que o feminismo trata essencialmente das condições de ser mulher foram – e estão sendo – atualizadas. Para bell hooks (2018), um feminismo interseccional precisaria pensar a partir das margens, e foi o que pudemos fazer enquanto discentes na disciplina *‘Crítica Feminista e Perspectivas Interseccionais’* com os textos lidos e debatidos em aula.

Este material propõe-se, portanto, a abordar a perspectiva interseccional presente na crítica feminista e que tão profundamente alimentou minha visão enquanto pesquisadora acerca do meu objeto e pesquisa feminista, e dessa forma refletir sobre os deslocamentos epistemológicos ocasionados por esse termo e seus impactos no pesquisar.

2. TEORIA FEMINISTA EM DISPUTA

Dentro do que se estruturou como o movimento feminista, diferentes diálogos foram agregando perspectivas a serem alcançadas pelo feminismo. Foram colocadas à mesa demandas sociais, políticas e culturais que necessitavam da atenção do movimento para serem incluídas às reivindicações que circulavam. Emergiram, então, “feminismos”, que, segundo Ana Maria Veiga (2020), tornam-se uma espécie de “guarda-chuva político” que carregava diversos movimentos e sujeitos conectados pelas coalisões, ou seja, a pluralidade dentro do movimento feminista emerge do ecoar de vozes até então silenciadas pela visão hegemônica interna que articulava o movimento mas que reclamavam assuntos pertinentes ao que era conhecido por feminismo.

Enquanto o feminismo defendido por mulheres brancas e de classes altas reivindicava o direito a sair de casa para trabalhar, as mulheres racializadas e mulheres da classe operária já ocupavam o mercado de trabalho como alternativa de subsistência. Assim, a insatisfação que sentiam as mulheres sobre estarem limitadas ao lar como donas de casa não abrangia a realidade de todas, de modo que essa agenda do feminismo não contemplava as que já estavam trabalhando também fora de suas casas e submetidas a longas jornadas e salários baixos (Días-Benítez, 2020). Quanto às reivindicações que envolviam o trabalho fora do lar, bell hooks (2018) considera que o entrave para que as feministas ocupassem o mercado de trabalho não era exclusivamente sexista e não podia ser simplificado como culpa essencialmente do



patriarcalismo. Havia trabalhos disponíveis para mulheres, mas os que exigiam pouca capacitação destinados a mulheres das classes operárias. Portanto, a procura por igualdade no contexto do trabalho se daria em relação aos homens de sua própria classe. Essa dicotomia já denunciava o essencialismo que caracterizavam o movimento até então e as diferenças internas que iam sendo evidenciadas de forma cada vez mais intensa pelas reivindicações de grupos distintos.

As intelectuais negras estadunidenses se posicionaram contra o racismo que existia dentro do feminismo, colocando em xeque a forma como o sujeito político do feminismo havia sido construído até então: centralizado nos ideais de mulheres brancas de classe média/alta heterossexuais e mulheres brancas não operárias como parâmetro universal da condição feminina. Nesse sentido, a interseccionalidade surge não apenas como uma ferramenta analítica, mas como uma crítica epistemológica às formas de produção do conhecimento feminista, mostrando que para tremular a bandeira contra o sexismo, era crucial ser também antirracista. Sobre isso, Akotirene (2019), reflete que:

A inalterabilidade do feminismo branco, movimento antirracista e instâncias de direitos humanos, se deve ao fato destes, absolutamente, encontrarem dificuldades metodológicas práticas na condução das identidades interseccionais. Sensibilidade analítica – a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais. (Akotirene, 2019, p. 35).

Deste modo, as vozes das feministas negras protagonizaram as reivindicações de um movimento que foi abrindo espaço ainda a partir dos anos 1970 e foram determinantes para a organização do conceito de interseccionalidade, conforme retratado por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020):

Considerando que as afro-americanas eram também negras, mulheres e trabalhadoras, o uso de lentes monofocais para abordar a desigualdade social deixou pouco espaço para os complexos problemas sociais que elas enfrentam. As questões específicas que afligem as mulheres negras permaneciam relegadas dentro dos movimentos, porque nenhum movimento social iria ou poderia abordar sozinho todos os tipos de discriminação que elas sofriam. As mulheres negras usaram a interseccionalidade como ferramenta analítica em resposta a esses desafios. (Collins; Bilge, 2020, s/p.)

Segundo Ana Maria Veiga (2020), essas mulheres pensavam a luta não apenas como sendo contra a opressão específica das mulheres, mas, além disso, contra mais categorias de dominação e opressão. A interseccionalidade se debruça sobre a complexidade dos atravessamentos que envolvem as discriminações e a partir disso se coloca a analisar e



compreender as condições específicas que envolvem esses processos (Kyrillos, 2020). Deste modo, Kyrillos (2020) reflete que apesar do termo ter sido finalmente nomeado em 1989 por Crenshaw, a intersseccionalidade emerge intrinsecamente relacionada com as lutas sociais e o pensamento crítico e teórico de mulheres negras.

Segundo Piscitelli (2008), é importante pontuar o final da década de 1980 como determinante para situar a emergência desses diálogos que se articularam em categorias. Esse foi o momento em que várias autoras passaram a trabalhar em diferentes frentes publicando textos críticos sobre gênero, autoras essas que hoje são referências nas discussões contemporâneas (Piscitelli, 2008). A crítica desses textos visava produzir reflexões e diálogos tensionando os alicerces disciplinares sobre os quais a teoria sobre gênero e as opressões estava construída.

Porque essas obras questionaram os pressupostos embutidos nas primeiras formulações de gênero, as perspectivas sobre poder que estavam informando várias linhas de análises feministas e, também, a centralidade concedida ao gênero em termos das forças sociais que oprimem às pessoas. (Piscitelli, 2008, p. 264).

No Brasil, as reflexões desenvolvidas pelas feministas negras estadunidenses encontraram ressonância nas produções intelectuais de pesquisadoras como Lélia Gonzalez. Reconhecida como uma das principais pensadoras brasileiras, Gonzalez direcionou suas análises para a compreensão das desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira, denunciando a falsa ideia de democracia racial e evidenciando como o racismo estruturava as relações sociais no país (Kyrillos, 2020). Sua atuação intelectual e política esteve comprometida com a melhoria das condições de vida da população negra, especialmente das mulheres negras (Días-Benítez, 2020), cujas experiências eram marcadas simultaneamente pelo racismo e pelo sexismo e não poderiam ser compreendidas apenas a partir da categoria gênero. Além das mulheres negras, Gonzalez também chamou atenção para a invisibilização das mulheres indígenas nos debates feministas latino-americanos. Ao denunciar a tendência universalizante presente em determinados setores do feminismo, defendia a necessidade de construir análises capazes de considerar as particularidades históricas e culturais dos diferentes grupos de mulheres.

Sueli Carneiro (2003), outro grande nome da luta das mulheres negras no Brasil, questionava em sua crítica a falta de *solidariedade de gênero* intragrupo, o que levou as mulheres negras a reclamarem que a dimensão de gênero ocupasse uma posição elementar das discussões das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros. Assim, Kyrillos (2020) expressa que as mulheres negras brasileiras atuaram tanto no movimento feminista, quanto no movimento negro, e contribuíram para o feminismo ao questionar o



eurocentrismo universalizante que caracterizou a consolidação do movimento no século XX:

Os impactos nas lutas das mulheres negras ao lidarem simultaneamente com demandas de um país racista e sexista estão, dentre outros, nas denúncias do eurocentrismo do movimento feminista que se consolidou no século XX no Brasil. É possível afirmar que uma das principais contribuições do feminismo negro no país foi justamente questionar a visão eurocêntrica, ocidental e universal das mulheres na qual o feminismo predominante tanto se fundamentava. (Kyrillos, 2020, p. 6)

Oyèrónke- Oyèwùmí (2020), teórica nigeriana, questiona se em alguma medida a análise de gênero privilegiava umas e ofuscava outras formas de expressão e quais eram as realidades ou grupos de mulheres que foram bem teorizados. A partir dessas interrogações, a autora constroi uma linha de pensamento que enfatiza as diferenças entre as mulheres e, com isso, a necessidade de teorizar múltiplas formas de opressão. Baseando-se na ideia de que não é possível separar a análise de gênero do contexto social e de outros sistemas de hierarquia, essa é uma das autoras que deslocou a teoria feminista interseccional para fora do eixo estadunidense e europeu e distinguiu as questões feministas a partir de pontos de vistas atravessados pelo imperialismo, colonização e outras formas ocidentais de categorização social. Assim, Oyèwùmí (2020), nos mostra que alguns papéis atribuídos culturalmente às mulheres e questionados pelo feminismo, não eram exercidos na sociedade iorubá, por exemplo, e, portanto, essas reivindicações não contemplavam as experiências dessas mulheres:

[...] é evidente que as experiências das mulheres euro-estadunidenses e seu desejo por transformação forneceram as bases para as perguntas, conceitos, teorias e preocupações que produziram a pesquisa de gênero. Pesquisadoras feministas usam gênero como o modelo explicativo para que se compreenda a subordinação e a opressão das mulheres em todo o mundo. De uma só vez, elas assumem a categoria “mulher” e sua subordinação como universais. Entretanto, gênero é antes de tudo uma construção sociocultural. Como ponto de partida da investigação, não podemos considerar como dado o que de fato precisamos investigar. (Oyèwùmí, 2020, p. 85).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, María Lugones aborda o conceito de *colonialidade de gênero* como uma herança da colonização que ainda reverbera nas sociedades modernas. A autora defende que a colonialidade de gênero ainda se mantém e que “é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como constructos centrais do sistema de poder capitalista mundial” (Lugones, 2014, p. 939). Neste sentido, a experiência de povos colonizados é direta e intensamente atravessada pela missão civilizatória, premissa para a colonização investir sobre os povos e territórios que dominaram. O cenário imposto era o de que os europeus brancos e burgueses eram civilizados, portanto, plenamente humanos, enquanto “os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como



espécies não humanas – como animais, incontavelmente sexuais e selvagens” (Lugones, 2014, p. 936). Neste contexto, a ideia de gênero foi profundamente marcada por uma opressão racializada e capitalista, uma vez que foi uma imposição colonial. Lugones defende então um feminismo descolonial como ferramenta possível para superar a colonialidade de gênero.

As tensões internas ao feminismo podem ser observadas também nos debates em torno da sexualidade, especialmente nas disputas que ficaram conhecidas como sex wars durante as décadas de 1970 e 1980. Segundo Díaz-Benítez (2020), essas disputas evidenciaram diferentes formas de compreender as relações de poder entre homens e mulheres, colocando em debate temas como pornografia, prostituição e práticas sexuais consideradas dissidentes. De um lado, setores do feminismo radical e abolicionista defendiam que determinadas práticas sexuais seriam necessariamente expressões da dominação masculina e perpetuavam a violência patriarcal, uma vez que estariam inseridas em uma sociedade estruturada por relações desiguais de gênero. A crítica elaborada por essas feministas partia da compreensão de que a pornografia, por exemplo, representava mulheres ocupando posições de submissão diante dos homens e assim reforçava uma estrutura de poder baseada na desigualdade. Em contraponto, outras correntes feministas argumentavam que compreender a sexualidade exclusivamente a partir de uma lógica de dominação e submissão poderia resultar em uma concepção rígida e limitada das relações de gênero, atribuindo aos homens a posição permanente de dominadores e às mulheres a condição inevitável de vítimas, ignorando a capacidade de agenciamento dos sujeitos. As críticas eram acerca das restrições ao comportamento sexual das mulheres movidas pelas reivindicações das feministas abolicionistas, que inclusive encontraram apoio entre o movimento político conservador da época. Segundo Díaz-Benítez (2020), para as feministas que criticavam a pauta das sex wars, corpo, pornografia e sexo poderiam ser utilizados como ferramenta política de ressignificação para mulheres e outras minorias sexuais.

Pesquisadoras de fora do eixo europeu e estadunidense como Chandra Mohanty, Gayatri Spivak e Avtar Brah, problematizaram as desigualdades produzidas pela colonialidade do saber, pela nacionalidade e pela posição ocupada pelos sujeitos em uma hierarquia global. Essas autoras questionaram a tendência ocidental de representar mulheres do chamado “Terceiro Mundo” como um grupo homogêneo e universalmente oprimido, demonstrando que as experiências femininas são atravessadas por relações históricas, econômicas e geopolíticas específicas.

Embora produzidos em contextos históricos e geográficos distintos, esses pensamentos compartilham uma mesma preocupação: demonstrar que categorias aparentemente universais podem ocultar experiências específicas e reproduzir formas de exclusão quando não são



questionadas ou tensionadas.

a. Disputas levam a transformações

As transformações provocadas pelas críticas feministas negras, decoloniais e pós-coloniais demonstram que a ampliação da teoria feminista não ocorreu por meio da substituição de uma perspectiva por outra, mas através de constantes tensionamentos internos que revelaram os limites de determinados discursos considerados universais. Se em determinados momentos a teoria feminista possibilitou avanços importantes para a compreensão das desigualdades entre homens e mulheres, em outros momentos produziu novas formas de exclusão ao universalizar determinadas experiências. Foi justamente a partir dessas tensões que novas vozes passaram a reivindicar espaço dentro do movimento, exigindo que suas vivências fossem reconhecidas como igualmente legítimas para a construção da teoria.

É nesse sentido que Días-Benítez (2020) propõe pensar a história do feminismo a partir da metáforas de muros e pontes. Os muros representam os momentos em que o movimento feminista cristaliza categorias e estabelece fronteiras sobre quem são os sujeitos legítimos de suas reivindicações. Já as pontes simbolizam a possibilidade de tradução entre experiências distintas, permitindo que mais sujeitos, mais demandas e mais formas de compreender o poder sejam incorporados à crítica feminista. A noção de ponte dentro desse contexto, é necessária para compreender o desenvolvimento da perspectiva interseccional, pois é capaz de demonstrar o trabalho de tradução que embasa as disputas teóricas nesse campo. Assim, os questionamentos levantados pelas feministas negras, indígenas, latino-americanas e decoloniais não reivindicaram apenas o direito de participar de uma teoria já consolidada, mas oferecem a ela a ferramenta de incessante indagação aos fundamentos sobre os quais essa teoria foi construída.

Días-Benítez (2020) sugere que a construção de pontes como conexão dentro da teoria feminista exige um constante exercício de tradução entre experiências distintas, permitindo que as diferenças sejam compreendidas em sua complexidade, sem que sejam imediatamente reduzidas a categorias universais e fixas de análise.

As disputas em torno da teoria feminista não se limitam à inclusão de novos sujeitos dentro de uma estrutura previamente estabelecida. O feminismo não deve fornecer apenas uma narrativa da opressão de mulheres, mas servir materiais que permitam aos corpos generificados e atravessados pelo poder compreenderem sua situação sem sucumbir a ela (Lugones, 2014). A perspectiva interseccional na teoria feminista não ofereceu uma resposta definitiva sobre quem é o sujeito do feminismo, mas movimenta constantemente as reflexões a ponto de impedir que essa pergunta seja encerrada. Ao manter aberto o diálogo entre diferentes experiências, a



interseccionalidade funciona como uma ponte que conecta a teoria feminista com maior amplitude, interferindo e desconstruindo ideias essencialistas.

A nomeação do conceito de interseccionalidade emerge nesse contexto de críticas à universalização da categoria "mulher". Embora o termo tenha sido organizado por Kimberlé Crenshaw no final da década de 1980, a nomeação resulta de um amplo processo histórico, construído a partir das experiências e das reivindicações políticas de mulheres negras que denunciavam a insuficiência tanto do feminismo hegemônico quanto das lutas antirracistas para explicar suas condições de existência. Ao analisar casos de discriminação sofridos por mulheres negras nos Estados Unidos, Crenshaw, uma jurista, demonstrou que os mecanismos jurídicos e políticos tendiam a compreender raça e gênero como categorias independentes, tornando invisíveis situações em que ambas atuavam de maneira simultânea. A autora evidencia, assim, que determinadas experiências de opressão não podem ser compreendidas por meio da análise isolada de um único marcador social, pois resultam precisamente da interação entre diferentes relações de poder (Kyrillos, 2020).

Essa formulação representou um importante deslocamento dentro da teoria feminista porque rompeu com interpretações que compreendiam as desigualdades sociais de maneira compartimentada. A interseccionalidade não propõe a simples inclusão de novos grupos sociais na análise feminista, mas questiona a própria forma como os sistemas de dominação são produzidos e reproduzidos. Em vez de compreender gênero, raça, classe, sexualidade, nacionalidade ou deficiência como fatores independentes que eventualmente se somam, a perspectiva interseccional demonstra que essas categorias são constituídas de maneira relacional, produzindo experiências específicas que não podem ser reduzidas a apenas uma dimensão da vida social.

Nesse sentido, torna-se importante destacar que a interseccionalidade não corresponde à "somatória de opressões", interpretação frequentemente difundida de maneira simplificada. Conforme argumenta Carla Akotirene (2019), compreender a interseccionalidade apenas como o acúmulo de discriminações significa esvaziar seu potencial analítico e político. Para a autora, trata-se de uma ferramenta teórico-metodológica que permite compreender como diferentes estruturas de poder operam de forma articulada, produzindo privilégios ou exclusões.

Essa compreensão aproxima a interseccionalidade das críticas desenvolvidas pelas autoras decoloniais discutidas anteriormente. Ao evidenciar que as relações de poder são historicamente produzidas e atravessadas pela colonialidade, a perspectiva interseccional amplia o alcance da teoria feminista para além das desigualdades de gênero. A dominação deixa de ser entendida como resultado de uma única estrutura social e passa a ser analisada como um



conjunto de relações que se articulam continuamente. Dessa forma, o sujeito político do feminismo deixa de ser concebido como uma identidade homogênea e passa a ser reconhecido em sua pluralidade, considerando os diferentes contextos históricos, culturais e sociais nos quais as mulheres produzem suas experiências.

A interseccionalidade constitui também uma perspectiva epistemológica. Isso significa que ela modifica a forma de produzir conhecimento, questionando quais experiências são consideradas legítimas para a construção das teorias sociais. Ao deslocar o olhar para sujeitos historicamente marginalizados, essa perspectiva revela que aquilo que frequentemente foi tratado como conhecimento universal corresponde, muitas vezes, à experiência localizada de grupos específicos. Como observam as feministas negras e decoloniais, toda produção de conhecimento está situada social e historicamente, razão pela qual a incorporação de diferentes experiências não representa apenas uma ampliação do objeto de pesquisa, mas uma transformação das próprias perguntas formuladas pela teoria.

Sob essa perspectiva, a interseccionalidade não oferece um modelo fechado de interpretação da realidade. Ao contrário, seu principal potencial reside justamente na capacidade de manter abertas as possibilidades de análise diante da complexidade das relações sociais. Em vez de estabelecer hierarquias entre diferentes formas de opressão ou definir qual delas seria prioritária, a perspectiva interseccional busca compreender como essas relações se entrelaçam na produção das desigualdades. Trata-se, portanto, de um instrumento crítico que impede a naturalização de categorias fixas e reforça o compromisso da teoria feminista com a permanente revisão de seus próprios pressupostos.

Desse modo, a interseccionalidade pode ser compreendida como um dos principais desdobramentos das disputas internas ao feminismo contemporâneo. Longe de representar apenas a incorporação de novos sujeitos ao debate, ela redefine os próprios fundamentos da teoria feminista ao deslocar o foco da busca por uma identidade universal para a análise das múltiplas relações de poder que atravessam os sujeitos. É precisamente nesse movimento que se consolida seu caráter epistemológico: ao reconhecer que diferentes experiências produzem diferentes formas de conhecimento, a interseccionalidade amplia as possibilidades analíticas do feminismo e fortalece sua capacidade de compreender as complexas dinâmicas que estruturam as desigualdades sociais.

3. OS DESLOCAMENTOS PROVOCADOS PELA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

As contribuições produzidas pela visão interseccional na teoria feminista também



impactaram a forma de construir pesquisas comprometidas com a compreensão das desigualdades sociais. Ao questionarem a universalização de determinadas experiências e evidenciarem os limites de categorias tomadas como naturais ou universais, a emergência de feminismos provocaram importantes deslocamentos epistemológicos. Nesse contexto, a interseccionalidade passa a atuar não apenas como uma ferramenta analítica capaz de identificar diferentes relações de poder, mas como uma perspectiva que exige de quem pesquisa um constante exercício de revisão crítica acerca dos pressupostos que orientam sua investigação. Mais do que incluir novos sujeitos na análise, atravessa quem pesquisa a preocupação em questionar quem está sendo considerado, quais experiências estão sendo privilegiadas e quais silenciamentos podem estar sendo reproduzidos pela pesquisa.

Analisar as disputas e transformações que ocorreram ao longo da história e quais motivos contribuíram para esses momentos, é importante para compreender que a interseccionalidade não representa apenas uma ampliação do escopo da teoria feminista, mas uma transformação na forma de interpretar os fenômenos sociais. Conforme demonstrado por Días-Benítez (2020), as críticas formuladas por feministas negras, indígenas, decoloniais e pós-coloniais produziram sucessivas revisões nos fundamentos da teoria feminista, deslocando o olhar para sujeitos e experiências situados às margens do debate. Essa movimentação pôde lançar luz ao ponto de que as desigualdades não podem ser explicadas a partir de uma única categoria de análise, pois são produzidas por diferentes sistemas de poder que operam de forma articulada.

Nesse sentido, um importante deslocamento provocado pela perspectiva interseccional consiste na problematização da categoria “mulher” como sujeito universal do feminismo. A centralidade atribuída à experiência de mulheres brancas de classe média/alta produziu interpretações limitadas acerca da condição feminina, desconsiderando que raça, classe, sexualidade e outros marcadores sociais influenciam profundamente as formas pelas quais as desigualdades são vivenciadas. A partir dessas contribuições, torna-se possível compreender que a condição de mulher não é experimentada de forma homogênea e que as relações de poder atravessam os sujeitos de maneiras distintas.

Ao questionar a universalização do gênero como categoria explicativa para todas as sociedades, Oyěwùmí (2020) demonstra que muitos dos conceitos utilizados pela teoria feminista foram produzidos a partir de experiências históricas e culturais específicas e limitantes. Sua análise da sociedade iorubá evidencia que certas hierarquias sociais não podem ser compreendidas pelos mesmos parâmetros empregados para interpretar contextos euro-estadunidenses. Essa perspectiva desloca a atenção da pesquisa para a necessidade de questionar



o caráter essencialista e hegemônico que as teorias carregam quando não tensionadas.

A partir das contribuições que o olhar interseccional traz para a teoria feminista, torna-se possível compreender que a pesquisa exige um exercício permanente de autocrítica. A metáfora de muros e pontes, proposta por Días-Benítez (2020), oferece uma interessante possibilidade interpretativa para pensar esse processo. Os muros são construídos quando categorias específicas passam a ser tratadas como universais, silenciando experiências que não se enquadram nos modelos dominantes de interpretação. Por outro lado, as pontes surgem quando a teoria se mostra capaz de dialogar com diferentes sujeitos e incorporar novas perspectivas sem reduzir a complexidade das experiências analisadas. Assim, a interseccionalidade pode ser compreendida como uma ferramenta de construção de pontes, na medida em que propõe o diálogo e amplia as possibilidades de compreensão, traduzindo as desigualdades sociais para que uma vez compreendendo nossa situação, não sucumbamos a ela.

Os deslocamentos provocados pela perspectiva interseccional, portanto, não se limitam à incorporação de novos temas ou sujeitos à teoria feminista. Ao questionar o caráter essencialista e hegemônico proposto pelas articulações iniciais do feminismo, problematizar universalizações e reconhecer a multiplicidade cultural das experiências humanas, a interseccionalidade contribui para a construção de análises mais críticas à complexidade das relações sociais.

Particularmente, compreender a interseccionalidade como uma forma de análise imprescindível para a condução de pesquisas embasadas na teoria feminista e fenômenos sociais e culturais, enriquece a forma de pensar o processo investigativo e o objeto da pesquisa. Considerar a pluralidade inerente aos movimentos feministas aprofunda a análise dos contextos sociais para onde olha o pesquisador. Desse modo, a perspectiva interseccional atravessa e transforma profundamente a pesquisa, assim como transformou a teoria feminista.

Essa incessante interrogação que a interseccionalidade oferece fortalece o potencial analítico da pesquisa sem necessariamente deslocar o objeto pesquisado, mas ampliando o olhar para mais categorias e serem analisadas em relação a ele. Com isso, se o objetivo enquanto pesquisa um dia foi compreender a perspectiva de mulheres de um ponto de vista essencialista e centralizado em experiências concebidas como universais, o olhar interseccional aumentou as categorias analisadas principalmente por possibilitar, compreender a complexidade e variedade dos contextos de corpos generificados e atravessados pelo poder. O feminismo segue sendo refundado e a história pode ser redirecionada a partir do nosso posicionamento em direção a uma realidade que seja boa para o maior número de pessoas (Segato, 2022).



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando feministas negras, indígenas, latino-americanas, africanas, chicanas questionaram as categorias tradicionalmente utilizadas pelos estudos feministas, não estavam apenas reivindicando representatividade, mas também interrogando os próprios fundamentos epistemológicos sobre os quais a teoria foi construída. Essas movimentações abriram as portas para o que foi posteriormente conceituado como interseccionalidade, trazendo maior complexidade às análises das experiências que compõem as reivindicações da teoria feminista.

Assim, a interseccionalidade não é apenas uma ampliação da análise e sim um deslocamento do olhar que propõe iniciar uma análise reconhecendo que as diferenças constituem a própria realidade social. As disputas teóricas e políticas dentro da teoria não fragilizaram o feminismo, mas ainda hoje seguem abrindo para ele os caminhos de uma insaciável revisão crítica viabilizada pela participação de uma análise interseccional, que desafia explicações simplificadoras ao demonstrar que gênero, raça, classe, sexualidade, nacionalidade e outros marcadores operam de forma articulada.

Essas disputas transformaram a teoria feminista e também impactaram o olhar do pesquisador quando abordados temas atravessados por essas questões. A interseccionalidade permeia de forma indissociável as pesquisas comprometidas com a compreensão das desigualdades sociais, uma vez que apresenta mais categorias a serem consideradas, debatidas e analisadas.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade; tradução Rane Souza**. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.
- DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. **Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão**. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais / organização e apresentação Heloisa Buarque de Hollanda; 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Políticas Arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1ª edição, 2018.
- KYRILLOS, Gabriela M. **Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade**. Florianópolis: Estudos Feministas, v. 28, n. 1, e56509, 2020.
- LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Florianópolis: Estudos Feministas, 2014.



OYÈRÓNKÉ, Oyěwùmí **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.** Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais / organização e apresentação Heloisa Buarque de Hollanda; 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 6 jul. 2026.

SEGATO, Rita. **Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visão decolonial.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022

VEIGA, Ana Maria. **Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates.** Tempo e Argumento. Florianópolis: vol. 12, n. 29, e0101, 2020.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **Crítica Feminista: Uma contribuição para a história da literatura.** In: História da literatura: questões contemporâneas. Caxias do Sul: Educs, 2010.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu.** Tradução: Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.